

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 JULHO 2018



A decisão do governo alemão de criar campos de internamento para refugiados na fronteira com a Áustria deve levantar a firme oposição de todos os defensores dos direitos humanos. Para se manter no poder, Angela Merkel cedeu à pressão dos seus aliados históricos e da extrema-direita. A imprensa internacional branqueia a decisão com a necessidade de “evitar uma crise política”. O *status quo* europeu e a extrema-direita xenófoba complementam-se na definição da política europeia.

As decisões do último Conselho Europeu seguem esta rota de atentado contra os direitos humanos e constituem uma derrota da política do acolhimento solidário. A UE cedeu nas quotas obrigatórias na distribuição de refugiados, o acolhimento passa a ser voluntário e prevê-se mesmo a criação de campos para detenção e recambiamento de imigrantes. Reforçou-se a política vergonhosa de pagar a Estados-muro para reterem os refugiados, incluindo a Líbia e a Turquia, Estados em que os refugiados não podem esperar senão o caos e a repressão dos quais estão precisamente a tentar fugir. O saldo deste Conselho Europeu é o agravamento da catástrofe humanitária com a cumplicidade das instituições europeias. As mesmas instituições que se mostram disponíveis para esmagar países por décimas do défice, em nome dos tratados europeus, colocam o direito internacional e a carta dos direitos humanos entre parêntesis e tornam-se inteiramente coniventes com as políticas xenófobas.

O Conselho Europeu desprezou a coesão e avançou na militarização da Europa. As escolhas sobre migrações, bem como o abandono das políticas de coesão, refletem a subordinação de toda a política europeia à militarização e ao policiamento, com novos avanços na Cooperação Estruturada Permanente e o reforço de investimento da NATO. Estas escolhas são justificadas com a mesma retórica da extrema-direita e sem factos que a sustentem. No discurso oficial repetem-se elementos de intoxicação da opinião pública sobre a crise migratória, com referências a uma «invasão» e insinuações sobre elementos com ligações terroristas. A verdade é que o fluxo de chegadas diminuiu 95% desde 2015 e até profissionais da agência Frontex já vieram desmentir essas insinuações.

O euro permanece refém dos interesses do centro económico e da Alemanha em particular. O Conselho

Europeu que se anunciou como o da reforma da moeda única redundou na total ausência de debate sobre o euro e nem mesmo as tímidas medidas relativas ao setor financeiro avançaram. A responsabilidade solidária perante depositantes continua a ser o pilar convenientemente esquecido da União Bancária, ao mesmo tempo que se avança com um sucedâneo baseado no Mecanismo Europeu de Estabilidade, levantando o fantasma de novos resgates quando o BCE anuncia o recuo na sua política de estímulos. Também foi novamente adiada a questão do Orçamento da Zona Euro. É particularmente grave a incapacidade de empreender qualquer reforma significativa, que não corresponda a um endurecimento da lógica punitiva contra os Estados deficitários, num contexto em que o orçamento comunitário minoriza as políticas de coesão, colocando uma pressão adicional sobre as economias atrasadas.

O anúncio da “saída limpa” da Grécia não esconde a tragédia que a União Europeia continua a impôr ao povo grego. Desde a crise financeira, a dívida pública grega passou de 103% do PIB para 178%. Simultaneamente, foram cortados salários e pensões, desmantelados direitos laborais e serviços públicos, privatizados os setores estratégicos da economia.

O Governo português não se distanciou de nenhuma das decisões do Conselho Europeu. Mário Centeno justificou a ausência de mecanismos de solidariedade no espaço do euro com os “riscos morais”, repetindo um chavão de culpabilização dos países do sul pela crise financeira. E António Costa não usou o veto de Portugal para impedir a resolução sobre migrações, preferindo desvalorizar o seu conteúdo, classificando-o como “vazio”. Houve mesmo uma tentativa de branqueamento das decisões do Conselho, associando-as às propostas da ONU e do ACNUR de criação de *hot spots*, passagens seguras de refugiados dos países em conflito para a Europa. Na verdade, não foi criada qualquer “passagem segura”. A proposta da UE de “campos de processamento” não é mais do que um eufemismo para a instalação de campos de concentração fora do espaço europeu. O discurso de defesa dos direitos humanos e de disponibilidade para acolhimento por parte do governo português é desmentido pelo alinhamento com a política xenófoba europeia e contrariado pela prática das autoridades portuguesas face aos imigrantes e refugiados em território nacional.

Na véspera da reunião do Conselho, em Bruxelas, reuniu-se a plataforma “Agora, o Povo” que conta já com forças políticas de seis países europeus. Ao Bloco de Esquerda, ao Podemos e à França Insubmissa, juntaram-se a Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, o Partido de Esquerda da Suécia e Aliança de Esquerda da Finlândia. Foi afirmada a oposição à proposta do Conselho de criar campos de migrantes fora da UE e assinada a Declaração de Bruxelas, que defende uma ruptura com os tratados europeus em nome de uma nova cooperação europeia, justa e entre iguais, baseada na solidariedade e na democracia, que respeite a soberania e os interesses dos povos.

Governo tenta esvaziar acordo para travar a precariedade. Durante dois anos o Bloco negociou com o governo alterações ao código laboral para combater a precariedade: fim da admissão de contratos a prazo em postos de trabalho permanente para jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, novos limites à duração dos contratos a prazo e ao recurso a trabalho temporário. O Governo tinha ainda assumido o compromisso de acabar com o banco de horas individual. No entanto, e sem aviso prévio, apresentou à Concertação Social um pacote legislativo que inclui também medidas de sinal oposto ao acordado: aumento do período experimental para jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração e dos contratos de curta duração (contratos verbais), criação de uma nova figura de banco de horas fora da contratação coletiva. A medida de aumento da TSU para empresas com grande rotatividade de trabalhadores, que constava já do programa do governo, conhece agora tantas exceções que dificilmente terá efeito. O acordo assinado com as confederações patronais e UGT mitiga os efeitos das medidas acordadas à esquerda para combater a precariedade, chega a criar novas formas de precariedade e deixa intocados os cortes da troika no pagamento das horas extra ou nas indemnizações por despedimento. O Bloco opõe-se a essas medidas e no Parlamento vai opor-se a elas e bater-se pela sua anulação.

Também no combate à precariedade no setor público, o governo está a falhar. A lei previa a vinculação das e dos trabalhadores precários das empresas públicas até 31 de maio - o que não aconteceu. Na administração central e local, o atraso é a regra. Acrescem as decisões à margem da lei de indeferimento dos pedidos (particularmente grave nas universidades) ou de limitações nas vagas dos concursos de vinculação (como no caso do IEFP). O Bloco de Esquerda não votará nenhuma medida laboral que crie precariedade e não abdica nem das propostas inicialmente acordadas de alteração do código do trabalho nem da conclusão do PREVPAP, com a

necessária vinculação das e dos trabalhadores. Estaremos com as e os trabalhadores precários na contestação aos atrasos e atropelos ao PREVPAP e na exigência do seu cumprimento.

O governo deve retomar as negociações com professores para o descongelamento de carreiras e cumprir o estabelecido no OE 2018. O governo tem tentado reabrir no OE 2019 o debate e as decisões tomadas há um ano, para o descongelamento da carreira docente e de todas as outras com progressão por tempo de serviço. O que ficou em aberto foi apenas o faseamento dos efeitos do descongelamento, não a contagem do tempo de serviço. O Bloco não aceitará qualquer recuo no que já está decidido e legislado.

Salvar o SNS é o compromisso do Bloco. A baixa à comissão sem votação da Lei de Bases da Saúde proposta por Arnaut e Semedo impediu que o PS a inviabilizasse pela abstenção e mantém aberta uma ampla frente de disputa política contra a privatização da saúde. O Bloco empenhar-se-á em espaços de convergência que juntem forças no reforço do SNS.

O Bloco de Esquerda está em campanha para parar os despejos. No processo de revisão da legislação para garantir mais proteção aos inquilinos, enfrentamos o rasto da governação do CDS. Depois da liberalização total decorrente da lei das rendas de Assunção Cristas e do Alojamento Local de Adolfo Mesquita Nunes que afetam as pessoas de poucos e médios recursos, o Bloco de Esquerda propôs uma moratória que garanta a proteção de todas e todos os inquilinos de forma a impedir os despejos que se sentem nas cidades sob pressão da especulação imobiliária. O Partido Socialista aproximou-se do Bloco de Esquerda quanto à necessidade da moratória, mas apresentou um projeto a que falta abrangência. Com o adiamento para Setembro das alterações que protegem inquilinos, as pessoas ficam ainda mais expostas à má-fé e ilegalidades de senhorios e fundos de investimento que têm vindo a assediar os moradores. Nas iniciativas que temos dinamizado a nível nacional, as e os moradores dão conta das situações com que se vêm confrontadas e na sua larga maioria não estão abrangidos pela moratória aprovada no parlamento. Muitas famílias e pequenos comerciantes estão a ser despejados e pressionados para abandonar as casas antes do final do processo de alteração da lei, sem terem qualquer alternativa. Não basta legislar para o futuro; é preciso proteger as pessoas hoje. Suspensão dos despejos para todos até à aprovação de nova lei das rendas é essencial para travar a tragédia social na habitação.

O Bloco rejeita o acordo entre o PSD e o Governo sobre a descentralização de competências. O Bloco de

Esquerda é a favor do princípio da subsidiariedade e de uma efetiva descentralização de competências para as autarquias - freguesias, municípios e regiões, órgãos eleitos directamente pelas populações. Uma descentralização a sério tem de passar pela Regionalização, como factor de participação e decisão democrática das populações, de combate ao centralismo e às desigualdades e pela coesão territorial. O acordo PSD/Governo procura afastar de forma definitiva qualquer processo de criação das regiões Administrativas no futuro, vai reforçar órgãos que carecem de legitimidade democrática, como as CIMs e as CCDRs, e conduzirá à municipalização de serviços sociais fundamentais de âmbito universal, como a educação, a saúde, cultura e outros. Perante tal amplitude de competências, muitas autarquias sem escala sem recursos e sem meios irão concessionar esses serviços a privados, levando à sua degradação. Por outro lado, a nova Lei das Finanças Locais, negociada entre PS, Governo e PSD, e que vai criar o Fundo de Financiamento da Descentralização, irá contribuir para aumentar as desigualdades locais e regionais. O Bloco de Esquerda rejeita de forma veemente e frontal este acordo de regime típico de bloco central entre PS e PSD, e bater-se-á pela implementação de uma verdadeira descentralização de competências.

O Bloco contra a exploração de hidrocarbonetos em Portugal. Dos fracos argumentos com que se tem facilitado a manutenção das concessões em vigor e o avanço para a prospeção de petróleo, resulta clara a intenção política do governo do Partido Socialista de não impedir a exploração de petróleo e gás em Portugal. O Bloco tudo tem feito e fará com esse preciso objetivo. As populações algarvias e alentejanas mobilizam-se e agudizam os conflitos entre municípios e governo. Recentemente, o governo viu o tribunal desmentir o “interesse público” que invocou para proteger os planos de perfuração da Galp em Aljezur. Enquanto isso, a Agência Portuguesa de Ambiente, que isentou este furo de avaliação de impacto ambiental, não pode repetir tal expediente no caso de Aljubarrota. Sejam quais forem no futuro os resultados de eventuais prospecções, o Bloco tudo fará para que Portugal não entre na terceira década do século XXI inaugurando a exploração de combustíveis fósseis de que a humanidade deve libertar-se tanto quanto possível.

De 25 a 30 de Julho decorre o 15º Acampamento Liberdade, uma iniciativa dos jovens do Bloco de Esquerda, que este ano decorre, pela primeira vez, em Castelo de Bode. O Acampamento Liberdade é um momento anual de mobilização e debate político direccionado para os e as jovens, aberto a militantes e simpatizantes, que permite o aprofundamento de alguns temas e o lançamento de outros para o debate público. As organizações regio-

nais, distritais e concelhias do Bloco colaboram na mobilização para este encontro.

O Fórum Socialismo, espaço de debate e confronto de ideias à esquerda, decorre em Leiria nos dias 1 e 2 de Setembro. É um importante momento de mobilização e formação partidária, em que o Bloco se abre ao contributo de ativistas e estudiosos dos mais variados temas. Na abertura e no encerramento, a direcção do Bloco pontua a situação política.

Nos dias 15 e 16 de Setembro, o Bloco de Esquerda realizará um Encontro Feminista Nacional, que terá lugar em Almada, no distrito de Setúbal. Com o apoio das coordenadoras locais, o Bloco empenhar-se-á para que este seja um importante ponto de encontro para militantes, ativistas, organizações e movimentos sociais, enquanto oportunidade para pensar em conjunto e juntar forças para todos os combates da luta feminista e anticapitalista, construindo solidariamente um campo de insubmissão às agendas machistas e conservadoras.